



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA – PL 0585/2025

O Centro da cidade de São Paulo enfrenta graves problemas de segurança pública devido à ocupação frequente de imóveis alugados ou irregulares por criminosos, que os utilizam como base para tráfico de drogas, receptação de bens roubados, planejamento de crimes e abrigo de organizações ilícitas.

A ausência de fiscalização adequada sobre contratos de locação contribui para a utilização clandestina desses imóveis, dificultando a atuação das forças de segurança e agravando os índices de criminalidade.

Além disso, muitos proprietários não exercem controle efetivo sobre os locatários, permitindo que pessoas envolvidas em práticas criminosas permaneçam nesses imóveis sem qualquer tipo de monitoramento.

Impactos negativos da ocupação criminosa de imóveis:

- Imóveis alugados sem fiscalização são usados como depósitos de bens furtados, locais de tráfico e esconderijo de criminosos.

- Regiões com alta concentração de imóveis utilizados para atividades ilícitas enfrentam problemas como furtos, violência e vandalismo.

- A ocupação criminosa contribui para a degradação de bairros, afastando investimentos e reduzindo o potencial de revitalização econômica.

- A falta de documentação sobre locatários e moradores impede a identificação rápida de criminosos e dificulta a ação das autoridades.

A Prefeitura de São Paulo, por meio das Subprefeituras e Guarda Civil Metropolitana, deve implementar um programa de fiscalização rigoroso, garantindo que todos os imóveis alugados sejam cadastrados e monitorados para evitar sua utilização por criminosos.

Este projeto propõe:

- Obrigatoriedade de documentação atualizada para todos os contratos de locação, incluindo identificação dos ocupantes;

- Criação de um Banco Municipal de Monitoramento de imóveis suspeitos, permitindo o controle de locais que apresentem reincidência de práticas criminosas;

- Autorização para que o poder público requisiute documentos de locação sempre que necessário, evitando que os imóveis sirvam de abrigo para criminosos sem qualquer supervisão;

- Ajuizamento de ações de desapropriação para os imóveis sistematicamente utilizados para crimes, garantindo sua destinação para moradias sociais e projetos comunitários.

Com essa abordagem, será possível dismantellar redes criminosas que utilizam o centro urbano como base para atividades ilícitas, restaurando a segurança pública, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos cidadãos.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 23/05/2025, p. 389.

Para informações sobre este projeto, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.